

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

CONCLUSÕES DA
VI ASSEMBLEIA REGIONAL SUL DO CIMI

Índios

A VI Assembleia Regional Sul do CIMI, reunida em São José dos Pinhais, PR, de 30 de Abril a 4 de Maio de 1980, tendo estudado e debatido a questão da Autodeterminação dos Povos Indígenas, constatou que a questão Terra é ainda o mais grave problema dos Povos Indígenas do Sul do País, existindo:

- a) Áreas invadidas:
São Jerônimo da Serra (PR), Pinhalzinho (PR), Guarita (RS).
- b) Áreas totalmente griladas:
Chimbandue (SC), Serrinha (RS), Ventarra (RS), Matos Costa (SC), Caseiros (RS), Lagoão (RS), Itaporanga (SP) e outras.
- c) Áreas parcialmente griladas:
São Jerônimo da Serra, Rio das Cobras, Mangueirinha, Ivaí, Queimada, Faxinal, Apucarana, Palmas (PR), Xaçupé (SC), Nonoai, Inhacorá, Votouto, Foido Guarani (RS).
- d) Terras tomadas por barragens:
Porto Irene (PR), Mangueirinha (PR), Ibirama (SC).
- e) Terras ameaçadas por barragens:
Xaçupé (SC), Nonoai, Ligeiro, Cacique Doble (RS).
- f) Sem terra garantida:
Diversos grupos Guarani.
- g) Áreas devastadas:
Todas as áreas onde existem Postos da Funai.

Diante desta situação, assumimos:

1. Cada missionário que atua junto aos Povos Indígenas, procure conhecer a situação do grupo no aspecto global, ou seja, situação / das terras, cultura e lideranças deste grupo.
2. Que cada missionário se conscientize de que as próprias comunidades indígenas é que devem lutar pelas suas terras. Para isso, no entanto, deve fornecer-lhes instrumentos:
 - a) explicando para as lideranças a Lei 6001/73 (Estatuto do Índio)
 - b) esclarecendo as artimanhas da nossa sociedade.
 - c) favorecendo o encontro entre líderes de várias áreas.
 - d) informando através de recortes de jornais sobre a luta em outras áreas.
3. Que o Regional Sul do Cimi procure ter uma assessoria jurídica, para atender os índios e missionários em caso de necessidade.
4. Estudar, com especial atenção, a questão da terra para os grupos Guarani, com assessoria de conhecedores da cultura Guarani.

EDUCAÇÃO

Clientes de que não possuímos suficiente conhecimento sobre o processo de educação indígena, e de que as escolas instaladas nas áreas indígenas ou outras

que são frequentadas pelos indígenas não estão ajudando estes Povos no seu processo de autodeterminação, resolvemos:

1. Propor à IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e Fidene (Ijuí-RS) a realização conjunta de um Curso-Encontro sobre Educação Indígena no Sul do Brasil, com participação de indígenas.
2. Fazer publicações de História antiga indígena e História do contato.
3. Incentivar a visita entre indígenas de grupos diferentes.
4. Realizar um encontro nacional sobre projetos econômicos junto a comunidades indígenas e a questão da dependência econômica.
5. Propor para os índios, em diferentes níveis (nacional, regional e local), a discussão sobre as publicações existentes da causa indígena.

AÇÃO MISSIONARIA

Reconhecendo nossas limitações para um trabalho mais eficaz no sentido de favorecer a autodeterminação dos Povos Indígenas, bem como a falta de reflexão e avaliação mais sistemática da nossa ação, nos propomos :

1. Realizar encontros Micro-Regionais
2. Promover curso-encontro com os missionários que trabalham com as comunidades Kaingang
3. Sob a responsabilidade do secretariado do Regional Sul, melhor informar os missionários sobre Pedagogia Libertadora e Legislação Indígena.

POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

Tendo em vista que a Política Indigenista Oficial (Funai) tem como finalidade "integrar" os Povos Indígenas na sociedade nacional, o que significa decretar a sua extinção enquanto Povos, decidimos:

1. Acompanhar e denunciar as mudanças e novas táticas desta política, que tem por objetivo confundir a opinião pública.
2. Divulgar o novo Estatuto da Funai e a questão da Estadualização.
3. Possibilitar que os índios se encontrem e discutam sobre as novas táticas do órgão oficial (ex: Estadualização)
4. Ao lado dos Povos Indígenas lutar pela justiça como norma que está acima da lei, fazendo desta luta um meio para fortalecer a nossa fé.
5. Trabalhar em conjunto com a Pastoral da Terra e Pastoral Operária, no sentido de possibilitar um maior conhecimento e divulgação da causa indígena, bem como um solidariedade comum.

As conclusões acima, elaboradas e aprovadas pela Assembléia, tomaram em conta o conhecimento de cada missionário sobre a realidade em que atuam e mais a valiosa colaboração dos representantes indígenas presentes à Assembléia.

Índios

NOTA
DA VI ASSEMBLÉIA REGIONAL SUL DO CIMI
Conselho Indigenista Misionário

Os missionários indigenistas do Regional Sul do CIMI, reunidos em sua VI Assembléia nos dias 19 a 4 de Maio de 1980 em São José dos Pinhais, PR, após analisar a realidade indígena do Sul do Brasil e sua ação missionária, denunciam as novas táticas da Política Indigenista Oficial Brasileira.

Hoje se verificam, na prática, ações concretas da Funai no sentido de passar aos Governos Estaduais a sua responsabilidade pela tutela e assistência aos Povos Indígenas. Denunciamos que essas ações são parte de um plano mais antigo que visa a extinção dos Povos Indígenas em nosso país. Como ontem se falava da "emancipação", hoje se fala da "regionalização" da política de proteção aos índios.

Ontem, como hoje, esses planos na da mais são do que um decreto de morte dos Povos Indígenas, sob a capa do cumprimento da lei.

Com esses planos novamente o que se quer é a espoliação do que resta das terras e das riquezas dos Povos Indígenas, atendendo aos mais mesquinhos/interesses regionais e seus aliados/nos Governos Estaduais.

O que os Povos Indígenas poderiam esperar de Governos como o do Estado do Paraná, que lhes roubou mais de... 150 mil hectares de suas terras, demarcadas por estes mesmos Governos ?

A presente Nota teve publicação parcial no dia 06/5/80 nos seguintes diários de Curitiba: Corroio de Notícias, O Estado do Paraná, Gazeta do Povo e Tribuna do Paraná.

O que os Kaingang e Guarani do Paraná podem esperar do Governo que lhes tirou mais da metade da área de Mangueirinha em favor de grupos econômico-políticos como os Forte-Khoury e os Slaviero ? O que os Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul podem esperar de um Governo que lhes reduziu drasticamente quase todas as suas reservas, além de extinguir totalmente as reservas de Ventarra e Serrinha ?

Enfim, o que os Povos Indígenas do Brasil podem esperar de Governos Estaduais subservientes ao Governo Federal e totalmente comprometidos com os latifundiários e o capital estrangeiro ?

Renovamos, portanto, nosso veemente repúdio à Política Indigenista Oficial e à manobra da Estadualização.

Por outra parte, reafirmamos nosso irrestrito apoio às lutas dos Povos Indígenas do Sul do Brasil, na sua caminhada pela reconquista dos seus direitos, das suas terras e pela construção do seu futuro como Povos livres.

No mesmo sentido, manifestamos nosso integral apoio à luta dos Xavante de Pimental Barbosa, MT, pela recuperação de suas terras tomadas por fazendeiros.

Pelo Respeito aos Direitos das Minorias Étnicas.